



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS DE TIC – LEI 14.133/2021**

(Processo Administrativo nº 101/24)

**Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de fornecimento de solução integrada de rede sem fio, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Quant.	Unid.	CATSER / CATMAT	Descrição
1	01	Unid.	26077	Controladora WIFI em Nuvem / Software de serviço de gerenciamento em rede wireless Captive Portal – Subscrição 36 meses
2	07	Unid.	395054	Access Points Indoor Modelo 01 – Garantia e suporte 36 meses
3	03	Unid.	395054	Access Points Indoor Modelo 02 – Garantia e suporte 36 meses
4	01	Serviço	26972	Serviço de Implantação, suporte e treinamento

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e quantidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 135 (cento e trinta e cinco) dias contados da confirmação do pedido, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação justifica-se para que o órgão possa oferecer aos seus empregados, registrados e visitantes serviço de acesso à internet.

3.2. Atualmente o órgão possui instalado em sua sede um sistema de rede sem fio obsoleto e com suporte encerrado pelo fabricante da solução.

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, item 36, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3.4. Atender o Mapa de Planejamento Estratégico – OE12 Promover a inovação de processos e serviços, por meio da melhoria contínua e das ferramentas de inteligência artificial.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Requisitos de Negócio:

4.2. A presente contratação orienta-se pelo seguinte requisito de negócio:

A solução de rede sem fio (WIFI) deverá prover acesso à rede mundial de computadores (internet), incluindo todos os sistemas e serviços disponíveis nesta rede, possibilitando que seja conectado os dispositivos dos empregados, registrados e visitantes, conforme as regras de segurança estabelecidas.

##### **Requisitos de Capacitação**

4.3. Deve ser efetuado um repasse de conhecimento da solução para, no mínimo, 03 (três) integrantes da equipe de TI da Contratante.

4.4. O repasse deve demonstrar as principais características físicas e lógicas da solução.

##### **Requisitos Legais**

4.5. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;

##### **Requisitos de Manutenção**

4.6. Os requisitos de manutenção serão cobertos pela garantia. No entanto, a Contratada deverá prestar suporte técnico durante 90 (noventa) dias após a instalação para solucionar quaisquer falhas técnicas que possam surgir.

##### **Requisitos Temporais**

4.7. Os equipamentos que compõem a solução integrada deverão ser entregues na sede da Contratante;

4.8. O prazo da entrega, contado a partir da assinatura do contrato, deverá ser de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

4.9. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em horário comercial (segunda a sexta-feira entre 08:00 e 17:00) e poderá ser previamente agendada com a Contratante.

4.10. O transporte dos equipamentos deverá ser realizado pela Contratada, inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e entrega.

4.11. Caberá a Contratante rejeitar no total ou parte, os materiais e os serviços entregues em desacordo com o objeto do Termo de Referência.

4.12. O recebimento dos equipamentos será efetivado pela equipe designada pela Contratante, e dar-se-á da forma provisória e definitiva. A forma provisória será no ato da entrega dos equipamentos e a forma definitiva será após a instalação, configuração e teste da solução.

4.13. Os equipamentos deverão ser novos, não descontinuados pelo fabricante, sem uso anterior e pertencente ao uso corporativo/empresarial, não se admitindo, em hipótese alguma, o fornecimento de equipamento alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado.

### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

- 4.14. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante,
- 4.15. A Contratada não poderá se utilizar da presente contratação para obter qualquer acesso não autorizado as informações de propriedade do Contratante;
- 4.16. A Contratada não pode obter, capturar, copiar ou transferir qualquer tipo informação de propriedade do Contratante, sem autorização.
- 4.17. A propriedade intelectual e os direitos autorais dos dados e informações armazenados nos bancos de dados da Contratante, hospedados no Contrato, e qualquer tipo de trabalho relacionado às demandas da Contratante, serão de sua titularidade, nos termos do artigo 4º, da Lei nº 9.609/1998. A Contratada deve-se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados ou informações, salvo se expressamente autorizado pela Contratante.

### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

- 4.18. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – [Instrução Normativa SGD/ME 94/2022](#) – a Contratada deverá priorizar, para a execução dos serviços, a utilização de bens que sejam no todo ou em partes compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis:

### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

- 4.19. A proposta deve compreender todas as licenças, produtos e serviços de configuração e suporte técnico necessárias para atender os itens e dimensionamentos descritos nesse Termo de Referência.

### **Requisitos de Projeto e de Implementação**

- 4.20. O projeto de implantação da rede sem fio deverá ser feito por pessoal qualificado e certificado na solução.

### **Requisitos de Implantação**

- 4.21. A Contratada deverá realizar reunião com a equipe técnica da Contratante com o objetivo de alinhar as etapas de implantação;
- 4.22. A Contratada deverá entregar os equipamentos e softwares que garantam o excelente funcionamento da solução;
- 4.23. As atividades de implantação da solução deverão ser realizadas em horário comercial (segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00). Caso haja a necessidade de jornada de trabalho fora do horário de expediente deverá ser acordado com a Gerência de Tecnologia da Informação da Contratante, sem custos adicionais à Contratante em decorrência de aumento da jornada de trabalho ou horário noturno;
- 4.24. A implantação deverá ser concluída em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos;
- 4.25. A implantação da solução deve ocorrer com a participação direta de técnicos designados pela Contratante e cada passo do processo de implantação deve ser devidamente documentado pela Contratada, que deve apresentar relatório com o detalhamento do processo realizado ao final da implantação como requisito para o aceite definitivo;
- 4.26. As despesas pelo deslocamento dos técnicos responsáveis pela instalação e configuração da solução até o local da montagem será por conta exclusiva da Contratada;

- 4.27. A Contratada deverá apresentar, previamente, quaisquer alterações relacionadas com a execução das atividades à Contratante, para análise e aprovação;
- 4.28. Cabe a Contratada comunicar previamente a Contratante possíveis interrupções de outros serviços ou paradas de equipamentos, em decorrência das atividades de instalação da solução, para que sejam adotadas as devidas providências visando a não descontinuidade das atividades diárias no Contratante;
- 4.29. A Contratada deverá executar o processo de integração da nova solução com o ambiente de rede atualmente em produção, fazendo a devida compatibilidade técnico-operacional, dentro do prazo de instalação, garantindo, assim, que o ambiente atual possa ser plenamente integrado ao novo;
- 4.30. A Contratada deverá disponibilizar 01 (um) gerente de projeto, que deverá acompanhar a implantação da solução, zelar pela qualidade dos resultados e garantir o atendimento dos requisitos estipulados, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência. A instalação deverá ser efetuada de maneira a não comprometer o funcionamento dos sistemas, aplicações, recursos ou equipamentos do CRQ-IV/SP atualmente em operação;
- 4.31. Para as configurações que exigirem interrupção de serviços em produção, haverá a necessidade de agendamento prévio para serem realizadas em período fora do horário de expediente ou nos finais de semana, sem ônus adicional para a Contratante;
- 4.32. A instalação e as configurações deverão ser realizadas de forma que as interrupções no ambiente de produção sejam mínimas e estritamente necessárias;
- 4.33. A Contratada deverá fornecer serviços de sustentação técnica e monitoração do ambiente por um período de 90 (dias) após a finalização dos serviços de implantação da solução.

#### **Requisitos de Garantia e Garantia Técnica**

- 4.34. Os equipamentos que compõem a solução deverão possuir garantia completa de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da sua ativação;
- 4.35. A subscrição das licenças de gerenciamento que compõem a solução deverão ser de 36 (trinta e seis) meses;
- 4.36. Deve contemplar a atualização de versões do software aplicativo, as quais incorporam correções de erros ou problemas registrados e melhorias implementadas pela fabricante, num empacotamento estável do sistema. O serviço de atualização de versão tem por finalidade assegurar a devida atualização da solução.
- 4.37. As peças substitutas deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento e devem integrar a garantia da solução.
- 4.38. Após a implantação e aceite da solução, a Contratada deverá prestar garantia técnica por 90 (noventa) dias corridos durante o horário comercial (segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00).
- 4.38.1 Deverá ser prestado garantia técnica de forma remota com atendimento mediante registro de chamados em página de website, em sistema fornecido pela Contratada e/ou pelo fabricante, ou através de contato telefônico.
- 4.38.2 A garantia técnica será acionada quando houver dúvidas relacionadas com instalação, configuração e uso do software ou para correção de problemas desses, em especial na configuração de parâmetros, falhas, erros, defeitos ou vícios identificados no funcionamento da solução.

### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.39. Pelo menos 02 (dois) profissionais técnicos certificados pelo fabricante da solução de segurança de rede instalada e em produção atualmente no CRQIV/SP, na execução dos serviços de instalação, manutenção e treinamento. (SonicWall Network Security Administrator-SNSA);

4.40. 01 (um) profissional com certificação Microsoft MCSE uma vez que toda rede do CRQIV/SP estar baseada em domínio do Microsoft Active Directory. A Contratada deverá apresentar o vínculo de trabalho deste profissional.

### **Requisitos de Formação da Equipe**

4.41. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência,

### **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.42. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade.

### **Vistoria**

4.43. A vistoria do local de prestação dos serviços é facultativa. Optando em realizá-la, a licitante deverá assinar o atestado de vistoria, que deverá fazer parte da documentação apresentada no certame.

4.44. A vistoria poderá ser previamente agendada e executada até o dia útil imediatamente anterior a data marcada para abertura da sessão.

4.45. As visitas deverão ser agendadas até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura da sessão através dos e-mails: [informatica@crqsp.org.br](mailto:informatica@crqsp.org.br).

4.46. A vistoria deverá ser efetuada por funcionário(s) do quadro técnico das empresas interessadas, devidamente identificado(s) com documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.47. Pela vistoria, a licitante ratifica ter tomado conhecimento de todas as peculiaridades dos serviços a serem executados, bem como das dificuldades existentes para sua execução, não se admitindo posteriormente, a alegação de desconhecimento.

4.48. A opção pela não realização de vistoria obriga a licitante a apresentação da declaração de não realização de vistoria, que deverá fazer parte da documentação apresentada no certame.

4.49. Não realizando a vistoria, a licitante responsabiliza-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na vistoria/verificação dos locais de prestação dos serviços, não se admitindo posteriormente, a alegação de desconhecimento.

### **Sustentabilidade**

4.50. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

### **Subcontratação**

4.51. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da Contratação**

4.52. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta**

4.53. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Item	Quant.	Unid.	CATSER / CATMAT	Descrição
1	01	Unid.	26077	Controladora WIFI em Nuvem / Software de serviço de gerenciamento em rede wireless Captive Portal – Subscrição 36 meses
2	07	Unid	395054	Access Points Indoor Modelo 01 – Garantia e suporte 36 meses
3	03	Unid.	395054	Access Points Indoor Modelo 02 – Garantia e suporte 36 meses
4	01	Serviço	26972	Serviço de Implantação, suporte e treinamento

**5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES****5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

encaminhar formalmente a demanda por meio de confirmação de pedido, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

**5.2. São obrigações do CONTRATADO**

atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

fazer a transição contratual, quando for o caso;

Apresentar comprovação de que é agente autorizado a comercializar os produtos do fabricante.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Condições de execução**

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto após o recebimento confirmação do pedido.

### **Local da prestação dos serviços**

6.2. Os serviços serão prestados no edifício-sede da Contratante sito a Rua Oscar Freire, 2039 – Pinheiros – São Paulo/SP.

### **Materiais a serem disponibilizados**

6.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades.

### **Formas de transferência de conhecimento**

6.4. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **Mecanismos formais de comunicação**

6.6. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

Confirmação de pedido;

E-mails;

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Fiscalização

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### Fiscalização Técnica

7.6. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### Fiscalização Administrativa

7.7. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

### Gestor do Contrato

7.8. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à



verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

### 8.1. Do recebimento

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (*cinco*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (*cinco*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.11. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

### **Liquidação**

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade

de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a entrega.

8.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------	--

#### **Forma de pagamento**

8.24. Os pagamentos serão efetuados somente por meio de boleto bancário ou transferência eletrônica para o Banco do Brasil. Caso opte por receber o pagamento em outra instituição bancária, o custo da operação de transferência do numerário entre os bancos envolvidos será descontado do valor total da nota fiscal. Atualmente o valor da referida tarifa bancária é de R\$ 12,00.

8.25. O CRQ-IV/SP reterá dos valores faturados os tributos correspondentes ao objeto contratado e os recolherá diretamente aos cofres públicos, como determina a Lei Federal nº. 9.430, de 27 de dezembro de

1996, regulamentada pela Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, nas alíquotas constantes no Anexo I da referida Instrução Normativa. A empresa deverá fazer constar no corpo da nota fiscal os percentuais de descontos e retenções.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

8.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.29. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

8.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **Regime de execução**

9.2. O regime de execução do contrato será por preço global.

### **Da Aplicação da Margem de Preferência**

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **Qualificação Técnica**

9.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.24. Comprovação de aptidão, mediante no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, similar ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo as informações do período em que o serviço foi prestado, identificação, endereço e telefone, do emitente, visando a realização de possíveis diligências e manifestação quanto a satisfação e qualidade dos serviços prestados;

9.25. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.26. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.27. Comprovar que possui em seu quadro de funcionários, pelo menos 02 (dois) profissionais técnicos certificados pelo fabricante da solução de segurança de rede instalada e em produção atualmente no CRQIV/SP, na execução dos serviços de instalação, manutenção e treinamento. (SonicWall Network Security Administrator-SNSA);

9.28. 01 (um) profissional com certificação Microsoft MCSE uma vez que toda rede do CRQIV/SP estar baseada em domínio do Microsoft Active Directory. A Contratada deverá apresentar o vínculo de trabalho deste profissional.

### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRQIV/SP.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Elemento de Despesa: 44.90.52.010 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação.

São Paulo, 12 de junho de 2024.

<u>Fernando Vieira Gomes</u> Integrante Requisitante	<u>Claudio A. Gimenez</u> Integrante Técnico	<u>Waldemir Menezes da Silva</u> Integrante Administrativo
---	---	---

<b>Autoridade Máxima da Área de TIC</b>
<u>Alexandre de Paula</u> Gerente / Tecnologia da Informação

São Paulo, 12 de junho de 2024.

Aprovo,

<b>Autoridade Competente</b>
<u>Wagner Ap. Contrera Lopes</u> Superintendente